

ESTUDO DOS GRUPOS: DIÁLOGOS ENTRE KURT LEWIN, ENRIQUE PICHON-RIVIÈRE, IGNACIO MARTÍN-BARÓ E SILVIA LANE

GROUP STUDY: DIALOGUES BETWEEN KURT LEWIN, ENRIQUE PICHON-RIVIÈRE, IGNACIO MARTÍN-BARÓ, AND SILVIA LANE

ESTUDIO DE LOS GRUPOS: DIÁLOGOS ENTRE KURT LEWIN, ENRIQUE PICHON-RIVIÈRE, IGNACIO MARTÍN-BARÓ Y SILVIA LANE

Sinésio Gomes Neto¹
Orlando Júnior Viana Macêdo²

RESUMO: Este ensaio teórico analisa criticamente aproximações, diferenças e possibilidades de diálogo entre as contribuições de Kurt Lewin, Enrique Pichon-Rivière, Silvia Lane e Ignacio Martín-Baró para o estudo dos grupos. Fundamentado em revisão de literatura especializada, o estudo realiza uma leitura comparativa das quatro matrizes a partir de cinco eixos: concepção de grupo; vínculos e afetos; mudança e resistência; relação entre indivíduo, grupo e sociedade; e finalidades da intervenção psicológica. A análise evidencia que as perspectivas compartilham a recusa de explicações estritamente individualizantes, mas atribuem diferentes estatutos teóricos ao fenômeno grupal. Os resultados indicam que vínculos, afetos, conflitos e resistências se constituem nas relações entre os participantes e se articulam às condições históricas, institucionais e sociais. Evidenciam, ainda, que as finalidades da intervenção não são determinadas pelas técnicas utilizadas, envolvendo diferentes direções ético-políticas. Conclui-se que o diálogo entre essas matrizes pode ampliar a compreensão dos processos grupais, desde que preserve suas especificidades conceituais e epistemológicas, evitando tanto leituras evolutivas quanto a fusão acrítica entre referenciais distintos.

Palavras-chave: Processos grupais. Psicologia. Intervenção.

¹ Discente do Curso de Psicologia pelo Centro Universitário Paraíso do Ceará. Mestrando em Administração pela Universidade Federal do Cariri. Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Paraíba.

² Doutor em Psicologia. Professor do Centro Universitário Paraíso do Ceará. Doutor em Psicologia (Psicologia Social) pela Universidade Federal da Paraíba.

ABSTRACT: This theoretical essay critically analyzes the similarities, differences, and possibilities for dialogue among the contributions of Kurt Lewin, Enrique Pichon-Rivière, Silvia Lane, and Ignacio Martín-Baró to the study of groups. Based on a review of specialized literature, the study conducts a comparative analysis of the four frameworks along five axes: conception of the group; bonds and affections; change and resistance; the relationship between the individual, the group, and society; and the goals of psychological intervention. The analysis shows that these perspectives share a rejection of strictly individualistic explanations but assign different theoretical statuses to the group phenomenon. The results indicate that bonds, affections, conflicts, and resistances are constituted within the relationships among participants and are linked to historical, institutional, and social conditions. They also show that the aims of intervention are not determined by the techniques used, involving different ethical and political orientations. It is concluded that dialogue among these frameworks can broaden the understanding of group processes, provided that it preserves their conceptual and epistemological specificities, avoiding both evolutionary interpretations and the uncritical fusion of distinct theoretical frameworks.

Keywords: Group processes. Psychology. Intervention.

RESUMEN: Este ensayo teórico analiza de forma crítica las similitudes, las diferencias y las posibilidades de diálogo entre las aportaciones de Kurt Lewin, Enrique Pichón-Rivière, Silvia Lane e Ignacio Martín-Baró al estudio de los grupos. Basándose en una revisión de la literatura especializada, el estudio realiza una lectura comparativa de las cuatro matrices a partir de cinco ejes: concepción del grupo; vínculos y afectos; cambio y resistencia; relación entre individuo, grupo y sociedad; y finalidades de la intervención psicológica. El análisis pone de manifiesto que estas perspectivas comparten el rechazo a las explicaciones estrictamente individualistas, pero atribuyen diferentes estatus teóricos al fenómeno grupal. Los resultados indican que los vínculos, los afectos, los conflictos y las resistencias se constituyen en las relaciones entre los participantes y se articulan con las condiciones históricas, institucionales y sociales. Ponen de manifiesto, además, que los objetivos de la intervención no vienen determinados por las técnicas utilizadas, sino que implican diferentes orientaciones ético-políticas. Se concluye que el diálogo entre estas matrices puede ampliar la comprensión de los procesos grupales, siempre

que preserve sus especificidades conceptuales y epistemológicas, evitando tanto las interpretaciones evolutivas como la fusión acrítica entre marcos de referencia distintos.

Palabras clave: Procesos grupales. Psicología. Intervención.

INTRODUÇÃO

A dinâmica de grupo consolidou-se, ao longo do século XX, como um importante campo de conhecimento e intervenção da Psicologia. Conforme assinalam Cartwright e Zander (1975), sua difusão ocorreu sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, período em que a expressão passou a assumir diferentes sentidos: uma concepção ideológica acerca das relações humanas, um conjunto de técnicas empregadas na condução de grupos e, em uma acepção propriamente científica, o estudo sistemático dos grupos e de seu funcionamento. É nesta última perspectiva que se situa o presente ensaio, compreendendo a dinâmica de grupo como um campo dedicado à análise dos processos que constituem a vida coletiva, das relações estabelecidas entre seus membros e das articulações dos grupos com contextos sociais e institucionais mais amplos (Melo; Maia Filho; Chaves, 2014).

A atualidade desse campo pode ser observada na diversidade de estudos e experiências recentes que utilizam os grupos em diferentes contextos de atuação da Psicologia. Nyland et al. (2026), ao discutirem abordagens terapêuticas e dinâmicas de grupo no tratamento da dependência química, destacam as práticas coletivas como recursos para conscientização, motivação, prevenção de recaídas, reconstrução de vínculos sociais, pertencimento e reintegração comunitária. Em outro contexto, Caldeira e Ávila (2022), ao investigarem um grupo operativo com mulheres em situação de vulnerabilidade social, identificaram mudanças na percepção das relações intersubjetivas e possibilidades de elaboração de questões subjetivas individuais e grupais, ressaltando o potencial dessa modalidade para a promoção da saúde mental.

A presença dos grupos também se evidencia em intervenções dirigidas a diferentes populações e problemáticas psicossociais. Gil (2025), em estudo com familiares de pessoas com anorexia e bulimia, demonstra que o grupo operativo pode constituir um espaço de aprendizagem e transformação dos vínculos, no qual a realização da tarefa envolve mudanças de papéis, comunicação, apoio e adaptação ativa à realidade. Na área educacional, Silva et al.

(2025), a partir de uma experiência sociodramática com adolescentes de uma escola pública da periferia de Fortaleza, evidenciam as possibilidades de recursos lúdicos e estéticos para promover diálogo, protagonismo, reciprocidade e fortalecimento das relações entre estudantes, escola e comunidade. Esses estudos evidenciam que o trabalho grupal permanece como recurso relevante da Psicologia, assumindo configurações distintas conforme os sujeitos, contextos, objetivos e referenciais teórico-metodológicos envolvidos.

Outras produções contemporâneas, contudo, demonstram que a compreensão dos grupos não pode se limitar à avaliação de seus resultados ou à descrição das técnicas empregadas. Fernandes e Hur (2022), ao sistematizarem uma proposta de análise grupal fundamentada em Pichon-Rivière, chamam atenção para a necessidade de compreender o processo grupal considerando dispositivo, enquadramento, tarefa, cadeia associativa, transferência, emergentes e resistências. Os autores destacam, ainda, que as falas produzidas no grupo não podem ser apreendidas isoladamente, pois são constituídas na temporalidade e na pluralidade da cadeia discursiva grupal. Vitória, Cerón Gómez e Terra (2025), por sua vez, deslocam a discussão para as diferenças que atravessam as experiências coletivas e interrogam como construir dispositivos clínicos comuns diante da diversidade de trajetórias, culturas, corpos, sexualidades e condições sociais, concebendo os grupos como espaços de encontro entre diferenças e de problematização das práticas psicológicas contemporâneas.

4

Essa complexidade torna-se ainda mais evidente quando as práticas grupais são analisadas em sua relação com instituições e estruturas sociais. Prando, Gindri e Sousa (2026), ao examinarem a produção brasileira sobre grupos com homens autores de violência no contexto da Lei Maria da Penha, problematizam a tendência de avaliar tais dispositivos predominantemente a partir das narrativas dos próprios participantes e chamam atenção para dimensões institucionais e estruturais que atravessam essas intervenções. Nesse sentido, o grupo não pode ser compreendido como realidade autônoma ou circunscrita às relações estabelecidas entre seus integrantes, pois seu funcionamento também é condicionado pelas instituições, pelas relações de poder e pelas condições sociais nas quais se constitui.

A produção recente evidencia, portanto, simultaneamente, a vitalidade e a heterogeneidade do campo dos estudos grupais. Grupos são empregados em contextos clínicos, educacionais, comunitários, de saúde e de justiça, orientados por referenciais como a terapia cognitivo-comportamental, a teoria dos grupos operativos, a psicanálise, a socionomia e

perspectivas críticas da Psicologia Social. Entretanto, essa diversidade também evidencia uma questão ainda insuficientemente enfrentada: as diferentes abordagens frequentemente são apresentadas no interior de suas próprias tradições teóricas ou mobilizadas para interpretar experiências específicas, permanecendo menos explorada a interlocução crítica entre matrizes que atribuem diferentes estatutos ao grupo, aos vínculos, aos afetos, à mudança e à relação entre sujeito e sociedade. A própria literatura demonstra, por exemplo, que conceitos como tarefa, vínculo, pertencimento, resistência, papéis, diferença e transformação adquirem sentidos distintos conforme o referencial adotado, o que torna problemática a utilização das práticas grupais como se constituíssem um campo teórico e epistemologicamente homogêneo.

Essa lacuna adquire particular relevância quando situada na realidade brasileira, marcada por profundas desigualdades sociais e por processos históricos de exclusão e vulnerabilização que atravessam as experiências individuais e coletivas (Abrantes; Santos; Oliveira, 2026; Romagnoli, 2022). Nessas condições, compreender os grupos exclusivamente a partir de seus mecanismos internos pode ser insuficiente, uma vez que vínculos, conflitos, pertencimentos, resistências e possibilidades de mudança são produzidos também nas relações dos sujeitos com instituições, territórios e condições concretas de existência. A análise dos processos grupais envolve, portanto, uma questão teórica e ético-política: como diferentes concepções de grupo permitem compreender as relações entre processos subjetivos, vinculares e afetivos e as determinações históricas, institucionais e sociais que constituem a vida coletiva?

5

Diante desse problema, o presente ensaio teórico tem como objetivo analisar criticamente aproximações, diferenças e possibilidades de diálogo entre diferentes matrizes teóricas do estudo dos grupos, tomando como eixos as contribuições de Kurt Lewin, Enrique Pichon-Rivière, Silvia Lane e Ignacio Martín-Baró. Busca-se examinar como essas perspectivas concebem o grupo, os processos de mudança, os vínculos e afetos, a relação entre indivíduo e sociedade e as finalidades da intervenção psicológica. Mais do que promover uma justaposição ou conciliação entre referenciais epistemologicamente distintos, pretende-se explicitar suas tensões, complementaridades possíveis e limites, contribuindo para uma compreensão dos processos grupais capaz de considerar, de maneira crítica, suas dimensões relacionais, subjetivas, institucionais e histórico-sociais.

MÉTODOS

Trata-se de um ensaio teórico de caráter reflexivo e crítico, fundamentado em revisão de literatura especializada. A análise foi organizada a partir de quatro matrizes teóricas consideradas centrais para a discussão proposta: a teoria de campo e a dinâmica de grupo de Kurt Lewin; a teoria do vínculo e do grupo operativo de Enrique Pichon-Rivière; a Psicologia Social da Libertação de Ignacio Martín-Baró; e as contribuições de Silvia Lane para a compreensão do processo grupal como mediação entre indivíduo e sociedade, em diálogo com a Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski.

A seleção do material privilegiou obras fundamentais dos autores analisados, incluindo trabalhos de Lewin (1948; 1965), Pichon-Rivière (1975; 1985), Martín-Baró (1989; 1996) e Lane (1981; 1984; 1989). Cartwright e Zander (1975) foram incorporados como referência clássica para a contextualização histórica e conceitual do campo da dinâmica de grupos. Também foram considerados estudos contemporâneos selecionados por sua aderência ao problema do ensaio e por contribuírem para a atualização, interpretação ou problematização das matrizes teóricas examinadas, entre os quais Pereira (2024), acerca da trajetória intelectual de Silvia Lane, e Pasqualini, Martins e Euzébios Filho (2021), que apresentam uma leitura crítica da tradição lewiniana.

O procedimento analítico consistiu na leitura comparativa das obras e na organização do material a partir de categorias comuns às diferentes perspectivas. Foram adotados como eixos de comparação: a concepção de grupo; os processos de vínculo e afeto; os mecanismos de mudança e resistência; a relação entre indivíduo, grupo e sociedade; e as finalidades atribuídas à intervenção psicológica. A partir desses eixos, buscaram-se identificar aproximações, divergências, tensões e possibilidades de interlocução entre as matrizes analisadas, preservando suas diferenças epistemológicas e evitando sua justaposição acrítica.

A interpretação foi orientada pelo princípio da totalidade concreta (Kosik, 1976), compreendendo os fenômenos grupais como processos que não se esgotam nas relações imediatas entre seus integrantes, mas se constituem em articulação com condições históricas, institucionais e sociais mais amplas. Desse modo, buscou-se relacionar processos microssociais, como vínculos, afetos, papéis, conflitos e resistências, às determinações histórico-sociais que atravessam a constituição e o funcionamento dos grupos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do grupo como campo de forças ao grupo como processo histórico e relacional

A análise das matrizes teóricas selecionadas evidencia que a concepção de grupo assume diferentes estatutos entre Lewin, Pichon-Rivière, Lane e Martín-Baró. Embora os autores compartilhem, em diferentes termos, a recusa de explicações estritamente individualizantes, diferenciam-se quanto à unidade privilegiada de análise e ao lugar atribuído aos vínculos, à tarefa e às determinações histórico-sociais. Assim, mais do que explicações distintas sobre um objeto homogêneo, as perspectivas examinadas delimitam teoricamente diferentes dimensões do fenômeno grupal.

Em Lewin (1948; 1965), uma contribuição fundamental consiste na compreensão do grupo como totalidade dinâmica, não redutível à soma das características individuais de seus integrantes. O comportamento dos membros é compreendido a partir do campo e das relações de interdependência nele estabelecidas, de modo que alterações em uma de suas partes podem repercutir sobre a configuração do conjunto. Essa formulação conferiu ao grupo estatuto próprio como objeto de investigação e representou importante deslocamento em relação às perspectivas centradas exclusivamente nas características psicológicas individuais.

A teoria de campo (Lewin, 1965) também permitiu compreender a mudança como reorganização das relações que constituem o grupo. Nessa perspectiva, a decisão coletiva assume relevância porque alterações produzidas no nível grupal podem repercutir sobre os comportamentos de seus integrantes. A contribuição lewiniana permanece, assim, importante para a compreensão da interdependência, da participação e dos processos de mudança coletiva.

Em Pichon-Rivière (1975; 1985), a análise desloca-se para a estrutura vincular e para sua articulação com a tarefa. O grupo é compreendido como processo no qual os sujeitos estabelecem vínculos, ocupam e transformam papéis e enfrentam obstáculos relacionados à tarefa que os reúne. Estudos contemporâneos (Caldeira; Ávila, 2022; Fernandes; Hur, 2022; Gil, 2025; Vitória; Cerón Gómez; Terra, 2025) evidenciam a permanência dessas categorias na análise de práticas grupais e, simultaneamente, ressaltam que a constituição do coletivo envolve comunicação, pertencimento e reconhecimento das diferenças.

Em Silvia Lane, ocorre outro deslocamento analítico com a passagem da noção de grupo para a de processo grupal. Para Lane (1984), o grupo é historicamente constituído e atravessado

pelas contradições da sociedade, funcionando como mediação entre indivíduo e sociedade. A ênfase no processo destaca movimento e historicidade e permite compreender que significações socialmente produzidas são apropriadas e podem ser reelaboradas nas relações coletivas.

Martín-Baró (1989; 1996), por sua vez, enfatiza a necessidade de relacionar os processos internos ao grupo à estrutura social na qual ele se constitui. As relações entre os integrantes são atravessadas por condições materiais, relações de poder e processos ideológicos, o que conduz à crítica de análises que permanecem predominantemente no plano microssocial. Essa perspectiva amplia a compreensão do fenômeno grupal ao exigir que as relações produzidas no coletivo sejam situadas nas condições históricas e institucionais que participam de sua constituição.

A comparação evidencia, portanto, diferentes unidades de inteligibilidade do fenômeno grupal: Lewin privilegia a interdependência e a configuração dinâmica do campo; Pichon-Rivière, os vínculos e a relação com a tarefa; Lane, a historicidade e a mediação entre indivíduo e sociedade; e Martín-Baró, as relações de poder, a ideologia e a inserção histórica dos grupos. Essas diferenças não configuram uma sequência evolutiva em que uma perspectiva substitui ou supera a anterior, pois as matrizes foram constituídas a partir de problemas e pressupostos teóricos distintos.

Desse modo, um primeiro resultado teórico desta análise consiste em reconhecer que o grupo não constitui um objeto teoricamente homogêneo entre as tradições examinadas. Campo, vínculo, tarefa, processo grupal e determinações histórico-sociais delimitam diferentes maneiras de apreender a vida coletiva. A interlocução entre essas perspectivas torna-se produtiva quando permite ampliar a compreensão dos fenômenos grupais sem converter suas categorias em conceitos equivalentes nem dissolver as diferenças epistemológicas que lhes conferem sentido.

Vínculos e afetos na constituição do processo grupal

Partindo das diferentes concepções de grupo identificadas na seção anterior, a análise permite examinar mais especificamente o lugar dos vínculos e afetos na constituição dos processos grupais. Essas dimensões recebem estatutos teóricos distintos: enquanto a tradição lewiniana oferece elementos para compreender as relações de interdependência e coesão, Pichon-Rivière confere centralidade ao vínculo em sua articulação com a tarefa; em Lane, a afetividade é situada nas relações sociais e nas condições históricas de constituição dos sujeitos. Essa diferenciação permite compreender o afeto não como componente acessório da vida

coletiva, mas como dimensão que participa, sob diferentes pressupostos, da produção das relações grupais.

Na perspectiva lewiniana, fenômenos como interdependência e coesão permitem apreender aspectos das relações que vinculam os integrantes ao coletivo e interferem na realização de objetivos compartilhados. Pichon-Rivière amplia essa problemática ao conferir ao vínculo um estatuto conceitual específico. Conforme recuperado por Gil (2025), o vínculo constitui uma estrutura dinâmica produzida nas relações concretas entre os sujeitos, não se restringindo à proximidade afetiva. Essa dimensão relacional torna-se visível no estudo deste autor com familiares de pessoas com anorexia e bulimia, no qual vínculos de apoio e movimentos de aproximação foram construídos a partir do reconhecimento de sentimentos semelhantes diante de experiências distintas. Os achados indicam que pertencimento e diferenciação podem coexistir no processo grupal, uma vez que a construção de vínculos não pressupõe a supressão das singularidades. Essa compreensão aproxima-se da discussão de Vitória, Cerón Gómez e Terra (2025), para quem a produção de um espaço comum entre participantes com trajetórias e condições sociais heterogêneas pode ocorrer preservando-se a alteridade.

As condições oferecidas pelo próprio dispositivo também interferem nessa produção. No sociodrama realizado por Silva et al. (2025) com adolescentes, recursos estéticos e lúdicos, como música, cordel e argila, foram empregados para favorecer segurança, diálogo e protagonismo, sendo observadas manifestações de apoio, reciprocidade, pertencimento e conexão afetiva. Embora fundamentada em referencial distinto do grupo operativo, a experiência mostra que a circulação dos afetos depende também das condições concretas criadas para expressão, participação e encontro entre os sujeitos.

No estudo dos processos grupais de Lane (1981; 1984), a afetividade adquire uma inflexão histórico-social. Os afetos não são compreendidos como estados exclusivamente intrapsíquicos, mas relacionados às posições ocupadas pelos sujeitos, às relações que estabelecem e às condições concretas em que suas experiências são produzidas. Essa perspectiva torna-se particularmente relevante em grupos atravessados por vulnerabilização, violência e desigualdades, nos quais medo, vergonha, culpa, raiva, insegurança, confiança ou pertencimento podem expressar simultaneamente histórias singulares e experiências socialmente constituídas.

O psicólogo espanhol radicado em El Salvador, Martín-Baró, acrescenta a essa discussão a necessidade de interrogar a experiência subjetiva em sua relação com poder e ideologia (Martín-Baró, 1989). Afetos compartilhados não são desvinculados das condições históricas em que se produzem e podem carregar significações socialmente naturalizadas. Essa formulação amplia a análise dos afetos sem reduzi-los a efeitos diretos das estruturas sociais: interessa compreender como determinadas condições são vividas e significadas nas relações concretas entre os sujeitos.

Os resultados permitem, assim, compreender vínculo e afeto como dimensões mediadoras entre singularidade e coletividade. Sua relevância não reside apenas em favorecer coesão ou pertencimento, mas em constituir um campo no qual aproximação e diferenciação, apoio e conflito, pertencimento e alteridade podem coexistir. Os estudos contemporâneos reforçam que compartilhar uma condição ou característica não constitui automaticamente um coletivo; os vínculos dependem das possibilidades de circulação das experiências, reconhecimento das diferenças e produção relacional de sentidos.

A análise permite compreender que vínculos e afetos constituem a experiência grupal sem que isso implique homogeneidade ou harmonia entre seus integrantes. Os afetos podem

aproximar sujeitos, sustentar a participação e produzir apoio, mas também expressar diferenças, conflitos e contradições. Essa compreensão desloca a análise da pergunta sobre quanto um grupo é coeso para outra mais abrangente: como vínculos e afetos são produzidos, circulam e adquirem significado nas relações concretas que constituem o processo grupal. Essa questão prepara, por sua vez, a análise dos movimentos de mudança, tarefa e resistência desenvolvida na seção seguinte.

Mudança, tarefa, resistência e transformação nos grupos

Considerando que vínculos e afetos são constituídos no próprio processo grupal e podem envolver simultaneamente aproximações, diferenças, conflitos e contradições, torna-se necessário examinar como esses movimentos se relacionam à mudança e à resistência. A análise comparativa evidencia que mudar assume sentidos distintos nas matrizes estudadas: pode envolver a reorganização de uma configuração grupal, a elaboração dos obstáculos relacionados à tarefa ou a construção de novas possibilidades de compreensão e ação sobre a realidade.

Em Lewin (1965), a mudança deixa de ser concebida como fenômeno exclusivamente individual e passa a envolver a configuração do campo no qual os comportamentos são produzidos. Modificar determinado padrão implica, portanto, atuar sobre relações e condições que contribuem para sua manutenção. Nessa perspectiva, a resistência pode ser compreendida menos como atributo negativo de determinados integrantes e mais como expressão da estabilidade alcançada pelo próprio campo. Essa interpretação evita individualizar as dificuldades diante da mudança e desloca a análise para as forças que sustentam determinada configuração coletiva.

10

Tal deslocamento é relevante diante das apropriações da tradição lewiniana em contextos organizacionais. Pasqualini, Martins e Euzébios Filho (2021) problematizam situações em que a mudança é orientada prioritariamente por interesses de gestão e produtividade, convertendo a resistência dos trabalhadores em obstáculo a ser superado. A questão analítica deixa, então, de ser apenas como reduzir a resistência e passa a incluir a que mudança se resiste, quem a define e quais implicações ela apresenta para os sujeitos envolvidos.

Em Pichon-Rivière (1985), mudança e resistência são compreendidas em sua relação com a tarefa. O grupo operativo não se limita à execução do objetivo explícito que reúne seus integrantes, pois seu desenvolvimento envolve também a elaboração de obstáculos cognitivos, afetivos e relacionais produzidos durante o processo. A tarefa constitui, assim,

simultaneamente um eixo organizador da experiência e uma referência para compreender os movimentos que favorecem ou dificultam o trabalho grupal.

Fernandes e Hur (2022) aprofundam essa formulação ao caracterizarem a tarefa como organizadora da cadeia associativa e da produção discursiva. Falas, silêncios, lacunas, repetições e emergentes podem revelar diferentes modos de relação dos integrantes com aquilo que o grupo procura realizar. A resistência deixa, desse modo, de ser entendida apenas como oposição aos objetivos propostos e passa a constituir material relevante para compreender dificuldades, conflitos e movimentos de elaboração produzidos no próprio processo.

Nas perspectivas de Lane e Martín-Baró, a problemática da mudança adquire uma dimensão histórico-social mais explícita. Em Lane, transformar não se restringe à modificação de comportamentos ou à adaptação dos integrantes, mas envolve a possibilidade de problematizar significações socialmente produzidas e construir outras formas de compreender e agir. Essa concepção sustenta sua crítica às práticas que privilegiam o ajustamento sem interrogar as condições sociais relacionadas aos problemas vivenciados pelos sujeitos.

Em Martín-Baró, essa problematização relaciona-se à desideologização: interpretações que naturalizam desigualdades, opressões e relações de dominação podem ser interrogadas coletivamente, articulando reflexão crítica e práxis. Entretanto, a orientação crítica de uma intervenção não garante, por si mesma, transformação social. Os grupos também podem reproduzir hierarquias, silenciamentos, estereótipos e relações de poder, razão pela qual participação, pertencimento ou coesão não constituem indicadores suficientes de transformação.

A comparação permite, portanto, compreender a mudança em diferentes registros: reorganização das relações que sustentam determinado campo, elaboração dos obstáculos relacionados à tarefa e problematização das condições histórico-sociais nas quais os sujeitos agem. Esses registros não constituem etapas sucessivas de um mesmo modelo, mas expressam diferentes concepções acerca do que muda, de como a mudança ocorre e das condições necessárias para produzi-la.

A análise revela, ainda, que resistência e transformação não constituem necessariamente polos opostos no processo grupal. A resistência pode expressar dificuldades relacionadas à tarefa e aos vínculos, mas também recusas diante das condições ou da própria direção da mudança proposta. Em vez de tratá-la antecipadamente como obstáculo a ser eliminado, importa

perguntar o que ela revela sobre o processo, os interesses envolvidos e o contexto no qual ocorre. Da mesma forma, a transformação não constitui consequência automática da participação em grupos, mas uma possibilidade produzida nas relações entre sujeitos, tarefa, dispositivo e condições histórico-sociais.

Desse modo, as matrizes convergem no reconhecimento do caráter processual da mudança, mas diferem quanto à sua explicação e direção. O problema central não consiste em encontrar uma técnica universal capaz de superar resistências, mas em compreender o que sustenta determinada configuração, o que é colocado em questão quando se propõe modificá-la e quais possibilidades de mudança podem ser construídas pelos participantes. Essa formulação permite avançar, na seção seguinte, da dinâmica da mudança para as relações entre processo grupal e determinações histórico-sociais.

Grupo, sociedade e determinações histórico-sociais

A discussão precedente mostrou que mudança e resistência não podem ser compreendidas independentemente das condições em que são produzidas. Esse resultado conduz à relação entre grupo e sociedade, dimensão na qual se evidenciam diferenças importantes entre as matrizes analisadas. A questão central passa a ser o estatuto conferido às condições históricas, institucionais, econômicas e políticas: se constituem apenas o contexto em que o grupo funciona ou se participam da própria constituição dos sujeitos, vínculos, conflitos e possibilidades de ação.

A teoria de campo de Lewin (1965) representou um deslocamento importante em relação às explicações centradas no indivíduo ao situar o comportamento nas relações e condições presentes em determinada situação. Seu percurso intelectual também esteve relacionado a problemas sociais concretos, incluindo discriminação e relações entre grupos socialmente desfavorecidos, o que impede caracterizá-lo simplesmente como alheio às questões sociais. O limite identificado pela análise comparativa situa-se, sobretudo, no alcance de suas categorias para incorporar sistematicamente dimensões como classe social, ideologia e relações estruturais de dominação.

É nesse ponto que a crítica de Martín-Baró (1989) adquire maior relevância. Para o autor, compreender os grupos exige articular as relações entre seus integrantes à estrutura social na qual se constituem. A análise não deve se restringir, portanto, ao que acontece no interior dos

encontros, mas interrogar as condições históricas que participam da produção de determinadas posições, pertencimentos, conflitos e relações de poder. Nessa perspectiva, pobreza, racismo, violência, desigualdades de gênero ou precarização das condições de vida não operam simplesmente como variáveis externas: são vividos e significados pelos sujeitos e podem atravessar concretamente suas relações.

A contribuição de Lane (1981) permite aprofundar essa articulação por meio da categoria de mediação. O grupo não constitui uma entidade independente da sociedade nem um reflexo mecânico das estruturas macrosociais, mas uma totalidade contraditória na qual determinações sociais se relacionam à atividade de sujeitos concretos. Essa formulação evita tanto o psicologismo, que reduziria os fenômenos grupais às características e conflitos individuais, quanto o determinismo sociológico, que transformaria os sujeitos em produtos passivos das estruturas sociais. O interesse analítico desloca-se para as mediações pelas quais condições socialmente produzidas são apropriadas, reproduzidas, negociadas ou transformadas nas relações cotidianas.

A aproximação entre Lane e Martín-Baró permite, assim, atribuir ao contexto um estatuto mais forte do que o de cenário da intervenção. Relações de classe, gênero, raça e geração, condições de trabalho, características territoriais e práticas institucionais podem participar da produção das posições ocupadas pelos integrantes, dos vínculos estabelecidos, dos conflitos emergentes e das possibilidades de participação. O desafio consiste em demonstrar como essas determinações se concretizam no processo grupal, evitando que referências genéricas à desigualdade ou ao poder substituam a análise das experiências efetivamente produzidas.

Os estudos contemporâneos examinados tornam essa articulação visível em diferentes contextos. Caldeira e Ávila (2022), ao trabalharem com mulheres em situação de vulnerabilidade social, mostram uma experiência na qual sofrimento, vínculos e relações intersubjetivas se produzem em condições concretas de existência. Silva et al. (2025), por sua vez, desenvolveram uma intervenção sociodramática com adolescentes de uma escola pública situada em contexto periférico, evidenciando a relevância do território e da instituição para a configuração das demandas trabalhadas. Esses estudos não constituem aplicações diretas das perspectivas histórico-sociais aqui examinadas, mas mostram que os processos grupais acontecem em situações institucional e socialmente localizadas.

Essa questão torna-se ainda mais evidente em Vitório, Cerón Gómez e Terra (2025), que colocam em discussão diferenças relacionadas a migrações, culturas, corpos, sexualidades, idades, maternidades e condições sociais e familiares. Os integrantes chegam ao grupo ocupando posições sociais e trazendo trajetórias e pertencimentos que interferem nas possibilidades de falar, ser escutados e estabelecer relações. Desse modo, aquilo que emerge no encontro não se encerra nos limites espaciais e temporais do dispositivo, podendo expressar relações institucionais e sociais que atravessam a experiência dos participantes.

Entretanto, incorporar as determinações histórico-sociais não significa presumir antecipadamente seus efeitos. Afirmar que determinado grupo está atravessado por desigualdades, relações de poder ou processos de vulnerabilização é insuficiente se não forem demonstradas as mediações pelas quais essas condições aparecem nos discursos, afetos, vínculos, posições e possibilidades de ação. Caso contrário, o risco consiste em substituir o reducionismo psicológico por um determinismo sociológico igualmente incapaz de apreender a complexidade do processo grupal.

A análise permite, portanto, estabelecer uma distinção fundamental entre situar o grupo em um contexto e compreendê-lo como historicamente constituído. Na primeira formulação, características sociais e institucionais podem permanecer como informações externas utilizadas para descrever participantes e território; na segunda, essas relações integram a própria constituição dos sujeitos e dos processos que emergem no coletivo. É sobretudo essa segunda compreensão que ganha centralidade em Lane e Martín-Baró.

Diante do exposto percebe-se que a relação entre grupo e sociedade revela-se mais complexa do que uma simples oposição entre as dimensões micro e macrosociais, envolvendo as mediações pelas quais processos sociais mais amplos se concretizam na experiência grupal. Vínculos, afetos, conflitos, silenciamentos, pertencimentos e resistências constituem possíveis mediações pelas quais relações sociais mais amplas são vividas e significadas, sem que estas determinem respostas uniformes entre os sujeitos. Compreender um grupo historicamente exige, portanto, investigar como condições institucionais e sociais se tornam concretas nas relações produzidas no processo grupal e como, nessas relações, podem ser reproduzidas, negociadas ou questionadas. A partir dessa compreensão, torna-se necessário interrogar as finalidades da intervenção grupal e a direção ético-política das mudanças que ela pretende produzir.

Finalidades da intervenção grupal: adaptação, aprendizagem, autonomia e transformação social

Uma vez reconhecido que os processos grupais são constituídos em condições históricas, institucionais e sociais concretas, a análise das finalidades da intervenção exige considerar não apenas como mudanças são produzidas, mas também sua direção. Intervir pode envolver aprendizagem, reorganização de relações, ampliação da autonomia ou transformação das condições vivenciadas pelos sujeitos. Essas finalidades não são necessariamente excludentes, mas expressam diferentes pressupostos teóricos e ético-políticos. A questão central passa a ser quais mudanças são pretendidas, quem participa de sua definição e a quais condições elas respondem.

Na perspectiva lewiniana, a intervenção volta-se à modificação das condições que sustentam determinados padrões coletivos (Lewin, 1948). A importância atribuída à decisão grupal expressa esse princípio, na medida em que mudanças construídas coletivamente podem repercutir sobre as práticas dos integrantes. Essa concepção não deve ser identificada automaticamente com produtividade ou ajustamento. Embora conceitos da dinâmica de grupos tenham sido posteriormente incorporados por práticas organizacionais e de gestão, é necessário distinguir esses usos históricos das formulações de Lewin.

Essa distinção é importante diante da crítica discutida por Pasqualini, Martins e Euzébios Filho (2021), segundo a qual determinadas apropriações da tradição lewiniana converteram conceitos como coesão, liderança e resistência à mudança em instrumentos voltados à administração de pessoas e à produtividade. O problema não reside, portanto, na mudança ou adaptação em si, mas nas finalidades que orientam sua produção e nas condições às quais se espera que os sujeitos se adaptem.

Em Pichon-Rivière (1975), a finalidade da intervenção encontra-se particularmente relacionada à tarefa e à aprendizagem. O grupo operativo não se limita a alcançar um resultado externo, pois trabalhar a tarefa envolve reconhecer e elaborar obstáculos cognitivos, afetivos e relacionais produzidos no processo. Aprender implica, nesse sentido, modificar formas de relação e construir novas possibilidades de compreensão e ação.

A posição do coordenador é coerente com essa finalidade: sua atuação orienta-se pela tarefa e pelos emergentes, acompanhando a produção coletiva em vez de ocupar exclusivamente o lugar de quem transmite conteúdos ou fornece soluções (Fernandes; Hur, 2022). A intervenção

cria, assim, possibilidades de aprendizagem e transformação, sem pressupor movimentos homogêneos entre os participantes. Outros dispositivos também evidenciam finalidades que ultrapassam a modificação comportamental. No sociodrama realizado por Silva et al. (2025) com adolescentes, recursos expressivos foram utilizados para favorecer segurança, diálogo e protagonismo, com relatos de apoio e reciprocidade entre os participantes. A experiência reforça que a finalidade de uma intervenção precisa ser analisada em relação ao dispositivo utilizado e às possibilidades de participação que ele efetivamente produz.

Em Lane (1984), a discussão desloca-se para a autonomia, sobretudo mediante a crítica às práticas que assumem como finalidade a adequação dos sujeitos às condições existentes sem problematizá-las. Isso não significa considerar toda adaptação negativa. Modificar comportamentos, construir formas de convivência, fortalecer vínculos ou desenvolver estratégias para enfrentar problemas concretos podem constituir objetivos legítimos. O limite aparece quando a adaptação se converte na finalidade última da intervenção e as condições institucionais e sociais às quais os sujeitos devem ajustar-se deixam de ser interrogadas.

Nessa perspectiva, autonomia não corresponde à independência absoluta do indivíduo, mas à ampliação de suas possibilidades de compreender as relações nas quais está inserido e participar da construção de alternativas para sua experiência individual e coletiva. A finalidade da intervenção passa, assim, a incluir a possibilidade de os participantes se posicionarem diante das condições que atravessam suas vidas, em vez de serem tomados apenas como destinatários das mudanças definidas pelo profissional ou pela instituição.

Em Martín-Baró (1989), essa questão assume caráter explicitamente ético-político por meio da desideologização. A intervenção pode contribuir para questionar interpretações que apresentam desigualdades, opressões e relações de dominação como naturais ou inevitáveis, ampliando a possibilidade de leitura crítica das condições históricas vivenciadas pelos sujeitos. Contudo, a orientação crítica não torna uma prática automaticamente emancipatória. Grupos podem reproduzir autoritarismos, preconceitos, silenciamentos e hierarquias, de modo que circulação da palavra ou problematização das experiências não constituem, isoladamente, evidências de transformação social.

Essa ressalva também incide sobre a posição da coordenação. Quando a intervenção se orienta para aprendizagem, autonomia ou conscientização, há uma tensão evidente em pressupor que o profissional possa definir antecipadamente a transformação que os

participantes devem realizar. A ênfase de Fernandes e Hur (2022) na tarefa e nos emergentes reforça a necessidade de reconhecer os integrantes como agentes do processo, e não apenas como destinatários de uma técnica.

A análise mostra que as finalidades da intervenção grupal não decorrem automaticamente das técnicas empregadas. Estratégias voltadas à participação, ao fortalecimento dos vínculos ou à problematização das experiências podem assumir sentidos distintos conforme os objetivos que as orientam e as relações institucionais e sociais nas quais são desenvolvidas. Mais do que classificar previamente uma intervenção como adaptativa ou emancipatória, importa interrogar a direção das mudanças pretendidas: a que, para que e em benefício de quem se busca produzir mudanças por meio da intervenção grupal?

A dimensão ético-política atravessa, portanto, todo o processo de intervenção, desde a definição do problema e dos objetivos até o lugar atribuído ao coordenador e aos participantes e os critérios utilizados para compreender as mudanças produzidas. Intervir em grupos implica explicitar quais transformações são consideradas desejáveis, quem participa de sua definição e quais relações podem ser reproduzidas, negociadas ou questionadas no processo. Essas questões conduzem ao exame das aproximações e tensões entre as quatro matrizes, sem pressupor equivalência conceitual ou integração entre seus referenciais.

Aproximações, tensões e limites entre as matrizes teóricas

Os resultados apresentados nas seções anteriores evidenciam que a interlocução entre Lewin, Pichon-Rivière, Lane e Martín-Baró não pode ser construída pela simples justaposição de seus conceitos. Embora as quatro matrizes recusem, em diferentes níveis, explicações estritamente individualizantes e reconheçam o caráter relacional e processual dos grupos, delimitam seus objetos a partir de pressupostos epistemológicos distintos. As aproximações identificadas residem, portanto, menos na equivalência entre suas categorias do que na possibilidade de colocá-las diante de problemas comuns da vida grupal.

Entre esses problemas, destacam-se a constituição do coletivo, os processos de permanência e mudança e a participação dos sujeitos. Campo, vínculo, tarefa, atividade e determinações histórico-sociais, entretanto, constituem diferentes formas de tornar inteligíveis esses fenômenos. Da mesma maneira, decisão coletiva, trabalho em torno da tarefa, atividade e práxis não designam processos conceitualmente equivalentes. A convergência em torno de

determinados problemas não implica, portanto, identidade entre as respostas teóricas oferecidas.

As diferenças tornam-se particularmente relevantes quanto às unidades de análise e ao estatuto conferido às determinações histórico-sociais. Enquanto algumas matrizes oferecem maior detalhamento das relações de interdependência, dos vínculos e da tarefa, outras conferem maior centralidade à historicidade, à mediação entre indivíduo e sociedade, à ideologia e às relações de poder. Essas diferenças não devem ser interpretadas como graus distintos de completude teórica, mas como decorrentes dos problemas, pressupostos e tradições epistemológicas a partir dos quais cada perspectiva foi constituída.

As aproximações e tensões identificadas ao longo das categorias analíticas são sistematizadas no Quadro 1. A síntese não pretende estabelecer correspondências diretas entre conceitos provenientes de tradições distintas, mas explicitar os diferentes recortes pelos quais cada matriz torna inteligível o fenômeno grupal. O quadro deve, portanto, ser lido comparativamente, preservando-se a especificidade conceitual e epistemológica de cada perspectiva.

Quadro 1 – Aproximações e tensões entre os autores

Categoria analítica	Lewin	Pichon-Rivière	Lane	Martín-Baró
Concepção de grupo	Totalidade dinâmica constituída por relações de interdependência em um campo	Estrutura vincular organizada em torno de uma tarefa	Processo grupal historicamente constituído e mediador da relação indivíduo-sociedade	Grupo constituído em relações históricas, sociais e de poder
Vínculos e afetos	Interdependência e coesão participam da configuração das relações grupais	Vínculo como estrutura dinâmica articulada à tarefa, aos papéis e à aprendizagem	Afetos constituídos nas relações sociais e nas condições concretas de existência	Experiência subjetiva e afetiva atravessada por relações de poder e processos ideológicos
Mudança e resistência	Mudança como reorganização das forças do campo; resistência relacionada	Resistência e obstáculos emergem na relação com a tarefa e	Mudança relacionada à problematização de significações e à ampliação das	Mudança vinculada à desideologização, conscientização e práxis

	à estabilidade da configuração grupal	constituem material para elaboração	possibilidades de ação	
Relação indivíduo-grupo-sociedade	Comportamento compreendido em relação ao campo e às condições da situação	Sujeito constituído nas relações vinculares e no processo grupal	Grupo como mediação dialética entre indivíduo e sociedade	Grupo compreendido em articulação com condições históricas, ideologia e relações de poder
Finalidades da intervenção	Produção de mudanças nas relações e condições do campo, com valorização da participação e decisão coletiva	Aprendizagem e elaboração dos obstáculos à tarefa	Ampliação da autonomia e das possibilidades de compreensão e ação	Problematização da realidade, desideologização e transformação social

Fonte: Gomes Neto e Macêdo (2026)

A comparação sistematizada no Quadro 1 também impede uma leitura evolutiva segundo a qual cada teoria acrescentaria aquilo que faltava à anterior até culminar em uma explicação mais completa do grupo. As matrizes foram constituídas em contextos, problemas e tradições epistemológicas distintos. Por essa razão, conceitos como campo, vínculo, tarefa, atividade, historicidade, ideologia e poder não podem ser tratados como componentes independentes que bastaria reunir para produzir um modelo abrangente do fenômeno grupal.

A literatura contemporânea examinada reforça a pertinência dessa cautela ao mostrar que questões relacionadas a vínculo, tarefa, participação, alteridade e transformação permanecem relevantes nas práticas grupais atuais. Esses estudos, contudo, não demonstram convergência entre as matrizes clássicas, mas evidenciam a permanência de problemas que podem ser interrogados a partir de diferentes referenciais e dispositivos.

Nesse sentido, um limite fundamental da comparação encontra-se justamente na possibilidade de uma síntese integradora. Reunir categorias provenientes das diferentes matrizes em um único modelo pode retirá-las dos sistemas teóricos que lhes conferem significado. Possíveis articulações exigem, portanto, a demonstração de compatibilidades entre seus pressupostos, e não apenas a identificação de complementaridades aparentes.

Os resultados sustentam, assim, uma interlocução crítica, e não uma fusão teórica. Colocar as matrizes em diálogo implica confrontar as perguntas que formulam, as dimensões que tornam visíveis e seus limites explicativos, preservando as diferenças conceituais que as constituem. Essa posição permite evitar tanto o isolamento entre tradições quanto um ecletismo no qual conceitos de referenciais distintos sejam combinados sem explicitação de seus fundamentos.

O resultado transversal da análise consiste, portanto, em reconhecer que nenhuma das matrizes examinadas esgota isoladamente a complexidade dos processos grupais, mas essa insuficiência não autoriza sua fusão. A contribuição da comparação reside em ampliar e problematizar as perguntas dirigidas ao fenômeno grupal, preservando as diferenças epistemológicas entre as perspectivas. É nessa interlocução tensionada, e não na eliminação das divergências, que se encontra a principal contribuição teórica da análise realizada neste ensaio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste ensaio permitiu compreender que as contribuições de Lewin, Pichon-Rivière, Lane e Martín-Baró oferecem diferentes possibilidades de leitura dos processos grupais. Apesar de compartilharem o afastamento de explicações estritamente individualizantes, essas perspectivas atribuem distintos estatutos ao grupo e enfatizam dimensões específicas de sua constituição e funcionamento. A comparação realizada mostrou que essas diferenças se expressam particularmente na compreensão dos vínculos e afetos, dos processos de mudança e resistência, das relações entre grupo e sociedade e das finalidades atribuídas à intervenção psicológica.

Em conjunto, os resultados apontam para uma compreensão do grupo como processo relacional que não pode ser dissociado das condições concretas em que se constitui. Vínculos, afetos, conflitos, resistências e possibilidades de mudança adquirem sentidos nas relações entre os participantes, mas também se articulam às instituições, às posições sociais, às relações de poder e às condições históricas que atravessam suas experiências. Essa compreensão permite evitar tanto a redução dos fenômenos grupais às características individuais, quanto sua explicação direta pelas estruturas sociais, conferindo centralidade às mediações pelas quais essas dimensões se articulam na experiência coletiva.

A comparação evidencia ainda que a intervenção grupal não possui uma direção previamente determinada pelo dispositivo, ou pela técnica utilizada. As possibilidades de aprendizagem, participação, autonomia ou transformação dependem dos objetivos, das condições institucionais, das relações construídas no processo e do lugar ocupado pelos participantes na definição das mudanças pretendidas. Desse modo, a dimensão ético-política não aparece como elemento externo à intervenção, mas atravessa as escolhas teóricas e metodológicas que orientam o trabalho com grupos.

Essa perspectiva repercute diretamente na compreensão das finalidades da intervenção. Adaptação, aprendizagem, autonomia e transformação social não correspondem de maneira exclusiva e linear às quatro matrizes examinadas, tampouco configuram uma hierarquia na qual determinadas finalidades seriam, por definição, superiores às demais. O sentido de uma intervenção depende dos pressupostos que a sustentam, das condições em que ocorre, dos objetivos estabelecidos, das possibilidades de participação e, sobretudo, da direção ético-política assumida. Interrogar a que, para que e em benefício de quem se pretende produzir mudanças torna-se, assim, uma questão fundamental para a atuação do profissional de Psicologia com grupos.

A principal contribuição deste ensaio reside, portanto, menos na tentativa de integrar as quatro perspectivas em um modelo comum do que na possibilidade de colocá-las em interlocução preservando suas diferenças. Aproximações entre problemas investigados não autorizam equivalências entre conceitos, assim como diferenças teóricas não devem ser interpretadas como etapas de uma evolução que culminaria em uma perspectiva mais completa. O diálogo entre essas tradições requer vigilância epistemológica para que categorias produzidas em sistemas teóricos distintos não sejam combinadas apenas em razão de complementaridades aparentes.

Reconhecer que nenhuma dessas matrizes esgota isoladamente a complexidade dos processos grupais não implica, portanto, defender sua fusão. Ao contrário, é justamente a preservação das tensões entre elas que amplia as perguntas dirigidas ao fenômeno grupal: como se constituem os vínculos e afetos, o que sustenta permanências e resistências, quais determinações histórico-sociais atravessam as relações e que mudanças uma intervenção pretende produzir. Nessa interlocução crítica, os grupos podem ser compreendidos não apenas como espaços de interação ou instrumentos de intervenção, mas como processos relacionais nos

quais subjetividade, vínculos, instituições e condições histórico-sociais se articulam de maneiras diversas. Esse horizonte reafirma a atualidade do estudo dos grupos para uma Psicologia comprometida com a análise crítica das experiências coletivas e das condições concretas em que elas se produzem.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, S. P.; SANTOS, A. DE O.; OLIVEIRA, L. R. DE.. Segurança para quem? Operações policiais no complexo da maré e a necropolítica do Estado. **Psicologia & Sociedade**, v. 38, p. e294229, 2026.

CALDEIRA, Matheus Colombari; ÁVILA, Lazslo Antonio. Grupo operativo com mulheres em situação de vulnerabilidade social. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, DF, v. 38, e38423, 2022.

CARTWRIGHT, D.; ZANDER, A. **Dinâmica de grupo: pesquisa e teoria**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1975

FERNANDES, Maria Inês Assumpção; HUR, Domenico Uhng. Psicanálise de grupo: conselhos ao jovem coordenador de grupos. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 33, e190078, 2022.

GIL, Mariana. Grupo operativo com familiares de pessoas com anorexia/bulimia: vivências diferentes, sentimentos parecidos. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 36, e220112, 2025.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LANE, S. T. M. Uma análise do processo grupal. **Cadernos PUC**, São Paulo, n. 11, p. 95-107, 1981.

LANE, S. T. M. O processo grupal. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 78-98.

LANE, S. T. M.. Questões teóricas e metodológicas em Psicologia Social. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 21-31, 1989.

LEWIN, K. **Problemas de dinâmica de grupo**. São Paulo: Cultrix, 1948.

LEWIN, K. **Teoria de campo em ciência social**. São Paulo: Pioneira, 1965.

MARTÍN-BARÓ, I. **Sistema, grupo y poder: psicología social desde Centroamérica**. San Salvador: UCA Editores, 1989.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, n. 13, v. 2, p. 7-15, 1996.

MELO, C. R.; MAIA FILHO, O. N.; CHAVES, A. M. (2014). Dinâmica de grupo: conceitos e práticas. **Revista Brasileira de Psicologia**, v.1, n. 2, 45-58, 2014.

PASQUALINI, J. C.; MARTINS, F. R.; EUZÉBIOS FILHO, A. (2021). A “dinâmica de grupo” de Kurt Lewin: proposições, contexto e crítica. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 26, n. 4, p. 389-400, 2021.

PEREIRA, E. De grupo a processo grupal: análise da produção de Silvia Lane. **Psicologia Revista**, v. 33, n. 1, p. 50-74, 2024.

PICHON-RIVIÈRE, E. **Teoria do vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

PICHON-RIVIÈRE, E. **El proceso grupal: del psicoanálisis a la psicología social**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.

ROMAGNOLI, R. C.. Psicologia Brasileira e Políticas Públicas: Capturas e Resistências. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, n. spe, p. e262850, 2022.

SILVA, Fellipe Sousa da; ROLIM, Ana Beatriz Dias de Freitas; OLIVEIRA, Rafael Barros de; QUIDUTE, Ana Rosa. Sociodrama como ferramenta para trabalho com adolescentes. **Revista Brasileira de Psicodrama**, São Paulo, v. 33, e1925, 2025.

VITÓRIO, Marianna Rodrigues; CERÓN GÓMEZ, Jesús Alejandro; TERRA, Ana Marcela da Silva. Navegar pelas diferenças: relatos de Psicologia do Grupo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 45, n. esp. 2, 2025.